



**Exmº Senhor Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação**

**ASSUNTO: Audição, com carácter de urgência, do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa sobre o processo de Requalificação e Renaturalização da Ria Formosa**

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, como é já do conhecimento público, acaba de enviar notificações de demolição a dezenas de proprietários de construções nas ilhas-barreira da Ria Formosa.

No ano passado, e na sequência de processo idêntico de notificação, a tomada de posse administrativa de habitações chegou a estar prevista para o dia 27 de outubro.

O Ministério do Ambiente, no entanto, viria a anunciar o adiamento desta tomada de posse administrativa para o dia 8 de novembro.

Entretanto, no próprio dia 27 de outubro, anunciaria igualmente que o Presidente da Sociedade Polis, bem como o vogal da Administração, haviam apresentado pedidos de renúncia aos cargos.

Na sequência destas demissões, também a tomada de posse administrativa prevista para o dia 8 de novembro acabaria por ser adiada.

Em finais desse mês, em comunicado, o Ministério do Ambiente anunciou os nomes do novo Presidente e do novo Vogal da Sociedade Polis.

Mais tarde, já em dezembro, seria conhecido o Administrador proposto pelos Municípios, completando-se o elenco do Conselho de Administração da Sociedade.

A atual retoma do processo de demolições acontece, pois, na sequência de todo este processo, e nomeadamente após os adiamentos das tomadas de posse administrativa de habitações que estiveram marcados, e sucessivamente adiados, para os dias 27 de Outubro e 8 de Novembro de 2016, desconhecendo-se os critérios que presidiram à presente decisão, o calendário previsto para as demolições, bem como o enquadramento, em todo este processo, dos projetos de regeneração ambiental e urbana da Ria Formosa há muito anunciados, incluindo a regularização da titularidade das habitações e as ações de requalificação do espaço público do núcleo da Culatra, no âmbito do respetivo Projeto de Intervenção e Requalificação, cuja aprovação exige decisões urgentes.

Como se vê, todo este processo de requalificação e renaturalização da Ria Formosa tem vindo, nos últimos meses, a caracterizar-se por indefinições e falta de informação e de clarificação de atuações e procedimentos.

Entretanto, e de acordo com notícias hoje divulgadas pela imprensa, o Ministério do Ambiente informou não prestar declarações sobre o assunto, remetendo esclarecimentos para a Sociedade Polis Ria Formosa.

Consideramos que esta indefinição e esta falta de esclarecimento são inaceitáveis. Assim, e por forma a averiguar, sem ambiguidades, o plano de ações que a Sociedade Polis tem em curso no âmbito do processo de requalificação e renaturalização das ilhas barreira da Ria Formosa, bem como o respetivo calendário de intervenção, **o Grupo Parlamentar do PSD requer a audição dos Administradores da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, com carácter de urgência, na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.**

Assembleia da República, 19 de janeiro de 2017

**Os Deputados,**

José Carlos Barros

Cristóvão Norte

Berta Cabral

Jorge Paulo Oliveira

